Considerações Finais

Esse trabalho tem como foco principal o Programa Universidade Para Todos - PROUNI, caracterizado como uma ação afirmativa por estar voltado a um segmento composto por: negros, pardos, indígenas e população de baixa renda, ou seja, um público vulnerável, com poucos anos de estudo, alvo de discriminações, e durante muitos anos excluídos do acesso ao ensino superior.

Apresentamos o cenário do ensino superior brasileiro, caracterizado por ser um espaço excludente e elitizado, sendo por muitos anos, impermeável por tais grupos. As políticas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro têm início em 2001, e mesmo após 14 anos de implantação, ainda hoje suscitam defesas e críticas acirradas sobre sua real contribuição para redução das desigualdades de acesso ao ensino superior existentes em nosso país.

Mesmo com alguns avanços, o acesso à educação superior ainda é uma realidade bastante distante para muitas pessoas. Apesar de a educação ser um direito imprescindível ao pleno exercício de cidadania e como parte essencial de um processo que busca a igualdade e a justiça social.

A partir dos anos 90, no Brasil, a educação passar a ser uma estratégia central para redução das desigualdades sociais e econômicas e o Banco Mundial passa a direcionar suas políticas com vistas a legitimar o novo padrão de acumulação que sustenta a reforma do Estado. O PNE 2001 é uma expressão desse modelo de ajuste neoliberal, uma vez que estabelece metas de desenvolvimento da educação em consonância com acordos internacionais, firmados para garantir financiamentos externos que promovam o almejado desenvolvimento econômico e a consequente redução de desigualdades econômicas.

Sendo assim, a meta estabelecida e recomendada por índices internacionais de medição do desenvolvimento, era que o Brasil tinha que garantir o acesso de até 30% da população jovem, entre 18 e 24 anos no ensino superior até 2011. Uma das saídas encontradas pelo Estado para atender as metas estabelecidas foi de reforçar a parceria público/privado.

Nessa perspectiva ocorre à implementação da lei nº. 10.861 de 14/04/2004, que cria o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), regulamentada pela portaria do Ministério da Educação, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências como à instituição de normas gerais para a licitação entre público/privado (PPP) no âmbito da administração pública e a Medida Provisória – MP nº. 213, de 10/09/2004 que institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI), institucionalizado pela lei nº. 11.096, de 13/01/2005 que controla a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior.

Ao promover o acesso ao ensino superior de alunos negros, pardos, indígenas e pobres, o PROUNI responde à lógica neoliberal de transferência da responsabilidade pública para o âmbito privado, ou seja, para o mercado, desenvolvida através da renúncia fiscal concedida as IES privadas. É importante ressaltar que as IES filantrópicas foram obrigadas a aderir ao programa. Como era o caso da UNIGRANRIO, IES pesquisada, que em 2005, no ano de implantação do PROUNI, era filantrópica, portadora do título de utilidade pública federal.

Durante a nossa reflexão a respeito do PROUNI, percebemos que o programa, configura-se como um campo marcado por dualidades e contradições à cerca da opinião pública e de estudiosos do assunto. Ora apresentado como uma política pública, ora como mais uma manobra política do Estado, ou seja, de um lado os pensadores do programa que apostam nesta iniciativa governamental, por meio de uma proposta de política de ação afirmativa e de outro os críticos do PROUNI que insistem em afirmar que o programa não passa de uma saída encontrada pelo Estado para transferir para a sociedade civil, a responsabilidade da educação superior, por meio de um fortalecimento do setor privado, tornando a educação, que consiste num direito, sendo fornecido pelo setor privado como mercadoria.

Mesmo diante das fragilidades apresentadas pelo PROUNI, é necessário salientar a eficácia do programa que de fato estabeleceu uma oportunidade de acesso à universidade para muitos alunos excluídos desse espaço elitizado.

Reforço à importância da discussão da participação do Estado na formulação e implantação de políticas públicas de cunho universal na perspectiva de garantia de direitos. A partir das entrevistas pode se verificar, que há muito que

fazer na implementação de uma política de democratização do ensino superior. É preciso entender que democratizar o acesso significa também garantir a permanência. Ampliar o acesso por meio de cotas ou políticas de ação afirmativa não consiste em colocar negros, pardos, indígenas e pobres dentro da Universidade, mas sim promover condições para que tais grupos dentro do universo acadêmico possam permanecer com sucesso e concluir seus cursos.

Destacando a visão dos beneficiários do PROUNI, através da análise dos dados coletados, por meio dos questionários aplicados e das entrevistas realizadas, verificamos que a grande dificuldade apresentada pelos alunos se dá no âmbito financeiro, pois a maioria dos beneficiários do programa pontua como dificuldade o gasto com materiais didáticos, transporte e alimentação. E partindo do pressuposto que para se manter na universidade é necessária a inserção no mercado de trabalho, chegamos a uma grande problemática, pois o universo acadêmico requer dedicação e tempo, ficando praticamente inviável conciliar estudos com uma rotina intensa de trabalho. Sendo assim os alunos se vêem impossibilitados de se manter no mercado de trabalho e as dificuldades apresentadas aumentam e dificultam a permanência, com isso, percebe-se a necessidade da criação de políticas de permanência no setor privado.

Ainda em relação à permanência, outros dados acerca do cotidiano dos estudantes entrevistados merecem destaque. No que se refere à questão financeira, este é aspecto apresentado como maior dificultador para a permanência na universidade. Um segundo ponto é a defasagem de conteúdo. O aluno beneficiário do PROUNI, oriundo de uma rede pública de ensino apresenta carência em algumas áreas específicas resultantes da falta de infraestrutura e investimento do governo no setor público educacional.

Pode-se considerar que a Universidade não está apta a lidar com dificuldades trazidas pelos alunos do PROUNI, tendo em vista que a própria cultura da universitária não se propunha ou ainda não se propõe a conviver com tamanha diversidade cultural e social. Por esta razão, pode-se dizer que a Universidade não está preparada para responder a essa nova demanda, neste caso, de alunos oriundos de classes populares.

Acreditamos que a efetiva democratização da educação superior implica, na implantação e acompanhamento de políticas de assistência estudantil no setor

privado que possam vir a garantir a permanência desses alunos historicamente excluídos do espaço universitário.

Por fim, evidencia-se a necessidade de mais estudos que venham a esclarecer tais questões, contribuindo para sabermos em que extensão o PROUNI, implementado há 10 anos, contribui para democratização da educação superior e para a concretização da expectativa de ascensão social dos egressos do programa, a fim de garantir que mais pessoas possam ter acesso à universidade, contribuindo para formação de uma nova geração consciente de sua condição de sujeito de direitos.